



IMPrensa Oficial do Município



Órgão Oficial do Município

Dia 06 de Agosto de 2025 – Lei nº 3.131 de 22 de Maio de 2009

Ano 2025

Nº 085

Prefeitura Municipal de Coromandel

Lei nº 5.070 de 03 de Janeiro de 2025.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL CORÓ ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE BASQUETE - CORÓACIA”.

O povo do município de Coromandel, por seus representantes na Câmara Municipal, **DECRETOU** e eu, em nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal **CORÓ ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE BASQUETE - CORÓACIA**, com sede na Rua Domingos Lacerda, nº 928, Centro, Coromandel/MG, inscrita no CNPJ nº. 57.678.166/0001-89.

Parágrafo Único – Faz parte integrante da presente Lei, cópias do Estatuto, Ata de fundação e Atual Diretoria e do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 03 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

Lei nº 5.071 de 14 de Janeiro de 2025.

“PROMOVE ALTERAÇÃO NA LEI Nº 4.602 DE 20 DE ABRIL DE 2021”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal **APROVOU**, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do artigo 5º da Lei nº 4.602 de 20 de Abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º.....

§1º Sendo estágio remunerado, será concedido bolsa ao estudante no valor R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais”.

Art. 2º O Programa Municipal de Estágio Voluntário e Remunerado, previsto na Lei nº 4.602 de 20 de Abril de 2021, poderá ser executado pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo em todos os seus termos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 14 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

Lei nº 5.072 de 14 de Janeiro de 2025.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LEI Nº 3.607 DE 25 DE JUNHO DE 2014, ALTERADA PELA LEI Nº 4.826 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal **APROVOU** e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo §2º do art. 14 Lei nº 3.607 de 25 de junho de 2014, alterada pela Lei nº 4.826 de 15 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.....

§ 2º Ficam isentos da tarifa do sistema de transporte coletivo do município, no período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, todos os usuários do transporte coletivo municipal”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2025.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 14 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.073 DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL – CONSEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal **APROVOU**, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL- CONSEP**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.170.267/0001-15, no valor de R\$ 116.789,53 (cento e dezesseis mil setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos), a serem repassados em 12 parcelas no valor de R\$ 9.732,46 (nove mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e seis centavos), correspondentes ao período de janeiro a dezembro de 2025.

§1º Os recursos financeiros transferidos mediante a presente lei serão destinados para custeio e ou investimento da Entidade, em especial atender as demandas da Polícia Civil de Coromandel.

§2º A transferência dos recursos será formalizada com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Art. 2º A entidade deverá apresentar a prestação de contas de forma detalhada, da aplicação dos recursos recebidos, perante a Comissão de Monitoramento e Avaliação, decorrido o prazo de 30 dias da transferência do recurso.

§1º O repasse do recurso financeiro será efetuado em conta corrente específica em instituição financeira pública a ser informada pela entidade à Secretaria Municipal de Finanças, Tributos e Orçamentos, sendo que toda a movimentação do recurso recebido deve ser realizada dentro desta conta bancária, através de transferência direta (DOC ou TED).

§2º Na eventual existência de valores obtidos com rendimentos de aplicação financeira ou saldo de recurso transferido pelo Município, os mesmos deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas.

§3º É vedado o repasse de novo recurso, sem a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta da Dotação nº

02.02.01.01.04.122.0002.2.001.3.3.50.41.00.00, Ficha: 21, do orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário for.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 14 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.074 DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE COROMANDEL - AMIC”.

O povo do município de Coromandel, por seus representantes na Câmara Municipal, **DECRETOU** e eu, em nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE COROMANDEL - AMIC**, com sede na Rua Vasconcelos Costa, nº 16, bairro Centro, Coromandel/MG, inscrita no CNPJ nº. 58.212.244/0001-18.

Parágrafo Único – Faz parte integrante da presente Lei, cópias do Estatuto, Ata de fundação e Atual Diretoria e do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 14 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.075 DE 22 DE JANEIRO DE 2025.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL – CONSEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, em parcela única, ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL- CONSEP**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.170.267/0001-15.

§1º Os recursos financeiros transferidos mediante a presente lei serão destinados para custeio e ou investimento de parte das despesas da entidade.

§2º A transferência dos recursos será formalizada com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Art. 2º A entidade deverá apresentar a prestação de contas de forma detalhada, da aplicação dos recursos recebidos, perante a Comissão de Monitoramento e Avaliação, decorrido o prazo de 90 dias da transferência do recurso.

§1º O repasse do recurso financeiro será efetuado em conta corrente específica em instituição financeira pública a ser informada pela entidade à Secretaria Municipal de Finanças, Tributos e Orçamentos, sendo que toda a movimentação do recurso recebido deve ser realizada dentro desta conta bancária, através de transferência direta (DOC ou TED).

§2º Na eventual existência de valores obtidos com rendimentos de aplicação financeira ou saldo de recurso transferido pelo Município, os mesmos deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas.

§3º É vedado o repasse de novo recurso, sem a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta da Dotação nº 02.02.07.04.27.812.0010.00.2.042.3.3.50.41.00.00, Ficha: 771, do orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário for.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 22 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.076 DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COROMANDELENSE DE ARTES MARCIAIS - ACAM”.

O povo do município de Coromandel, por seus representantes na Câmara Municipal, DECRETOU e eu, em nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO COROMANDELENSE DE ARTES MARCIAIS - ACAM**, com sede na Rua Juvêncio Machado, nº 235, bairro São Domingos, Coromandel/MG, inscrita no CNPJ nº. 50.276.275/0001-20.

Parágrafo Único – Faz parte integrante da presente Lei, cópias do Estatuto, Ata de fundação e Atual Diretoria e do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 29 de Janeiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.077 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025.

“PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 4.602 DE 20 DE ABRIL DE 2021”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o § 5º do artigo 5º da Lei nº 4.602 de 20 de Abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º.....

.....

§5º Fica autorizada a cessão de estagiários para atuação em cooperação com outros órgãos ou instituições públicas instaladas no Município de Coromandel.

§6º No caso da cessão prevista no §5º deste artigo, sendo estágio em Pós-graduação, poderá ser concedida bolsa ao estudante no valor de até R\$ 1.700,00 (mil setecentos reais) mensais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 05 de Fevereiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.078 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL – CONSEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, no valor de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**, em parcela única, ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COROMANDEL- CONSEP**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.170.267/0001-15.

§1º Os recursos financeiros transferidos mediante a presente lei serão destinados para custeio e ou investimento de parte das despesas da entidade.

§2º A transferência dos recursos será formalizada com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)).

Art. 2º A entidade deverá apresentar a prestação de contas de forma detalhada, da aplicação dos recursos recebidos, perante a Comissão de Monitoramento e Avaliação, decorrido o prazo de 90 dias da transferência do recurso.

§1º O repasse do recurso financeiro será efetuado em conta corrente específica em instituição financeira pública a ser informada pela entidade à Secretaria Municipal de Finanças, Tributos e Orçamentos, sendo que toda a movimentação do recurso recebido deve ser realizada dentro desta conta bancária, através de transferência direta (DOC ou TED).

§2º Na eventual existência de valores obtidos com rendimentos de aplicação financeira ou saldo de recurso transferido pelo Município, os mesmos deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas.

§3º É vedado o repasse de novo recurso, sem a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta da Dotação nº 02.02.07.04.27.812.00.2.042.3.3.50.41.00.00 – ficha 848, do orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário for.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 12 de Fevereiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.079 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COROMANDEL – APAE”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, no valor de **R\$711.360,00 (setecentos e onze mil, trezentos e sessenta reais)**, a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coromandel - APAE**, entidade social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.238.505/0001-21, sendo:

I- O valor de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), dividido em 12 parcelas de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), referente ao pagamento de funcionários da Equoterapia, no período de janeiro/2025 a dezembro/2025;

II- O valor de R\$ 405.360,00 (quatrocentos e cinco mil, trezentos e sessenta reais), dividido em 12 parcelas de R\$ 33.780,00 (trinta e três mil, setecentos e oitenta reais), referente ao pagamento de funcionários da APAE, no período de janeiro/2025 a dezembro/2025.

§ 1º Os recursos financeiros transferidos mediante a presente lei serão destinados para custeio e ou investimento, para atender as finalidades estatutárias da entidade.

§ 2º A transferência dos recursos será formalizada com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)).

Art. 2º A entidade deverá apresentar a prestação de contas de forma detalhada, da aplicação dos recursos recebidos, a Gestão Municipal de Finanças e Administração, no prazo máximo de 30 dias após a sua utilização.

§ 1º O repasse do recurso financeiro será efetuado em conta corrente específica em instituição financeira pública a ser informada pela entidade à Gestão Municipal de Finanças e Administração, sendo que toda a movimentação do recurso recebido deve ser realizada dentro desta conta bancária, através de transferência direta (DOC ou TED).

§ 2º Na eventual existência de valores obtidos com rendimentos de aplicação financeira ou saldo de recurso transferido pelo Município, os mesmos deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas.

§ 3º É vedado o repasse de novo recurso, sem a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta das Dotações nº 02.02.07.02.08.242.0022.00.2.110.3.3.50.43.00.00, Ficha – 765 do orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário for.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 12 de Fevereiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 5.080 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ACADEMIA DO VOLEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Coromandel-MG, por seus representantes na Câmara Municipal APROVOU, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar transferência de recursos financeiros, no valor de **R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais)**, para **ACADEMIA DO VOLEI**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.240.844/0001-72, a serem repassados em 12 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 13.000,00 [treze mil reais], correspondentes ao período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026.

§1º Os recursos financeiros transferidos mediante a presente lei serão destinados para custeio e ou investimento de parte das despesas da Associação inerentes ao fomento esportivo, em especial ao Projeto Academia do Volei.

§2º A transferência dos recursos será formalizada com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

Art. 2º A entidade deverá apresentar a prestação de contas de forma detalhada, da aplicação dos recursos recebidos, perante a Comissão de Monitoramento e Avaliação, decorrido o prazo de 30 dias da transferência do recurso.

§1º O repasse do recurso financeiro será efetuado em conta corrente específica em instituição financeira pública a ser informada pela entidade à Secretaria Municipal de Finanças, Tributos e Orçamentos, sendo que toda a movimentação do recurso recebido deve ser realizada dentro desta conta bancária, através de transferência direta (DOC ou TED).

§2º Na eventual existência de valores obtidos com rendimentos de aplicação financeira ou saldo de recurso transferido pelo Município, os mesmos deverão ser devolvidos por ocasião da prestação de contas.

§3º É vedado o repasse de novo recurso, sem a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta da Dotação nº 02.02.07.04.27.812.00.2.042.3.3.50.41.00.00 – ficha 848, do orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário for.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Coromandel, 12 de Fevereiro de 2025.

Fernando Breno Valadares Vieira
PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados o aviso de publicação de licitação a seguir:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 005/2025 - Será realizada licitação na modalidade concorrência eletrônica no dia 16/09/2025 às 08:00h referente Processo nº 071/2025, com critério de menor valor global. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de praça no Bairro Gameleiras- Praça Lindeia Valadares, Coromandel-MG. Informações: E-mail: licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 05 de agosto de 2025. Diogo Arthur Magalhães Pereira – Agente de Contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO. SRP. nº 029/2025 - Será realizado no dia 27/08/2025 às 08:00h o Processo nº 068/2025, com critério de menor por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual para servidores da Prefeitura de Coromandel-MG, com a participação exclusiva de ME, EPP e MEI. Informações: E-mail: licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 05 de agosto de 2025. Luiz Fernando Ferreira da Silva – Pregoeiro.

EXPEDIENTE
IMPrensa Oficial do Município
Órgão informativo da Prefeitura Municipal de Coromandel
Responsável: Jorge Adriano de Oliveira Xavier
Impressão: Prefeitura Municipal de Coromandel
(34) 3841-1344